

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.799 - MG (2019/0272808-8)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE : MAYCON BATISTA UMBELINO BESSA (PRESO)**  
**ADVOGADO : WILLIAM VAZ DA SILVA JUNIOR - MG135504N**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MAYCON BATISTA UMBELINO BESSA contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - HC n. 1.0000.19.083781-5/000.

No recurso, alega o recorrente o excesso de prazo na formação da culpa, pois a audiência de instrução e julgamento foi marcada somente para 01.09.2020, em manifesta violação ao princípio da razoável duração do processo.

Assevera a ausência de fundamentação suficiente a justificar a sua segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento da insurgência a fim de que seja revogada a constrição preventiva, para possibilitar ao acusado aguardar em liberdade a finalização da instrução ou, alternativamente, a imposição de medidas cautelares diversas da segregação, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

A liminar foi indeferida.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 489-494).

É o relatório.

**Dos elementos colacionados aos autos**, infere-se que o recorrente foi preso preventivamente em 31/8/2019, e posteriormente denunciado pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 14, *caput*, da Lei n. 10.828/2003 e 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Narra a denúncia quanto aos fatos:

*No dia 19/08/2018 (dezenove de agosto de dois mil e dezoito, por volta das 18:42 h, na rua Escarpa, nº 40, bairro Santa Mônica, neste Município e Comarca de Belo Horizonte, os denunciados guardavam para alienação a terceiros pessoas, 41 (quarenta e uma) ban-as e 18 (dezoito) porções da substância entorpecente Cannabis Sativa L, vulgarmente conhecida como maconha, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, para fins de distribuição (auto de apreensão à fl. 13 e laudo de constatação preliminar à fl. 15), droga esta que estava guardada na residência do denunciado Flávio Luiz Fortes, onde foi localizada dentro do guarda roupas, juntamente com 01 balança de precisão, 02 facas com resquícios de substância semelhante a maconha, 02 rolos de plásticos transparentes e 01 calculadora.*

*No mesmo dia e local retromencionados, na residência do denunciado Maycon Batista Umbelino Bessa e Valdirenc Domingos*

*Miranda, onde também estavam as denunciadas Vanessa Domingos Miranda e Milcna Dias, estes guardavam e tinham em depósito 01 (uma) barra e 02 (duas) porções da substância entorpecente Cannabis Sativa L, vulgarmente conhecida como maconha, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, para fins de distribuição (auto de apreensão à fl. 13 e laudo de constatação preliminar à fl. 15), além da quantia de R\$15.700,00 (quinze mil e setecentos reais), que foram escondidos dentro da máquina de lavar roupas pela denunciada Milena Dias assim que perceberam a chegada dos policiais militares na porta do apartamento.*

*Segundo apurado, no dia dos fatos a guarnição da ROTAM recebeu informações de um colaborador que não quis se identificar, com medo de sofrer represálias futuras, que na rua Escarpa, nº 40, bairro Santa Mônica, estaria ocorrendo uma movimentação estranha de pessoas em um prédio de cor verde, com pessoas que chegavam de carro e faziam contato com um indivíduo de alcunha "Loirinho". Este adentrava o apartamento 107, pegava algo, e entregava para os ocupantes do veículo, que saía rapidamente do local. Foi também informado que um indivíduo de alcunha "Gordinho", prenome Flavio, fazia contato com as pessoas de carro que iam até o local, deslocando-se ao interior do imóvel e retornando com algo em sacolas, entregando aos ocupantes dos veículos.*

*Destarte, o serviço de inteligência se encaminhou ao local dos fatos e realizou o monitoramento do endereço citado. A equipe observou que o indivíduo citado como "Loirinho", posteriormente identificado como Pedro Henrique de Almeida Gonçalves, chegou no local acompanhado do condutor de um veículo Hyundai 130, cor cinza, placa HGE 8179, muito provavelmente o denunciado Maycon, que possui veículo semelhante, e ambos desembarcaram do veículo, em direção ao interior do prédio. Em seguida, "Loirinho" saiu em uma bicicleta, e o condutor do veículo saiu com o carro, não mais retomando.*

*Em prosseguimento, foi desencadeada a abordagem ao prédio, no qual os policiais se depararam com um indivíduo identificado como Flavio Luiz Portes, ora denunciado, residente do apartamento nº 107. Ao passarem com a cadela Uana próximo ao apartamento de Flavio ela deu sinal indicando que no local poderiam haver drogas, razão pela qual foi feito o adentramento, com autorização de Flavio, ocasião em que a cadela levou os militares diretamente ao quarto e sinalizou o guarda-roupas. Ao abrir o guarda-roupas, foram encontradas 41 (quarenta e uma) barras prensadas e 18 (dezoito) porções de maconha, além de uma balança de precisão, duas facas com resquícios de maconha, dois rolos plásticos transparentes e uma calculadora. As drogas arrecadadas pertencem ao denunciado Maycon, também denunciado, morador do apartamento 303, e chefe da organização criminosa e do bando, o que ocasionou a ida de parte dos militares para o apartamento apontado por Flavio,*

*local em que a equipe observou pelo basculante da cozinha que, em cima de um móvel, havia uma barra prensada e uma porção de maconha envolta em uma fita de cor azul. Ao chamarem pela porta, que estava entreaberta, ninguém atendeu. Todavia, perceberam que três moças estavam na área da lavanderia, aparentando nervosismo, sendo elas as denunciadas Milena, Valdirene e Vanessa.*

*As denunciadas foram abordadas, informando que eram moradoras do apartamento 303. O policial Torres, ao verificar a máquina de lavar roupas em que as abordadas estavam, localizou dois maços de dinheiro que continham o montante de R\$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais) em notas trocadas, proveniente da venda de drogas e da atividade ilícita do bando.*

*A denunciada Milena Dias, ao notar a presença policial, e sabendo do envolvimento de Maycon com o tráfico, pegou o dinheiro que estava ali dentro de um armário da cozinha e jogou ali, tentando oculta-lo para que não fosse encontrado pelos policiais. A denunciada Valdirene Domingos Miranda, se identificou como namorada de Maycon. A denunciada Vanessa informou que Maycon recebia amostras de entorpecentes para distribuir para as bocas de fumo de Belo Horizonte. Todas as três denunciadas fazem parte da quadrilha ou bando, ajudavam no comércio ilícito de drogas, sabiam das atividades ilícitas de Maycon e seus amigos, tanto que estavam com a droga sobre o móvel, à mostra, o que demonstra que estavam preparando a mesma para "dólar" e vender, e tentaram ocultar e esconder o dinheiro, para que não fosse apreendido, fornecendo, ainda, informações sobre a atividade ilícita da organização.*

*O denunciado Flávio era o responsável por guardar as substâncias*

*apreendidas, tendo recebido há cerca de duas semanas antes de ser preso, uma remessa de 200 kg (duzentos kilos) da droga, recebendo como contraprestação a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais), e no dia 14/08/2018 recebeu outra remessa de 200 kg (duzentos kilos). sendo que a droga apreendida na data dos fatos era apenas o restante do que foi recebido nessa última remessa. A organização criminoso, pois, estava formada há algum tempo, era estável, com divisão de tarefas e unida visando à prática principal do tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.*

*Na residência dos denunciados Valdirene e Maycon foram encontrados, ainda, um nctbook, uma tornozeleira eletrônica de monitoramento de nº 0315070706 em funcionamento, cinco CRLV, uma munição calibre .40, materiais esses pertencentes a Maycon, além da quantia de R\$ 245,70 apartamento do denunciado Flávio e entregando-a aos vários compradores que ali se apresentavam, além de fazer a entrega das drogas utilizando-se de uma bicicleta.*

Verifica-se que o Juízo primevo decretou a prisão preventiva do acusado,

notadamente para a garantia da ordem pública, ressaltando a existência de provas da materialidade e de indícios da autoria delitiva, além de destacar que o réu é apontado como o líder da organização criminosa investigada, o que demonstra a periculosidade do denunciado (e-STJ fls. 301).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, ratificando o decreto preventivo, salientando que as circunstâncias do caso concreto tornam evidente a necessidade de imposição da cautelar, em razão da gravidade concreta da conduta e da periculosidade do agente, considerando-se, ainda, o fato de até aquele momento o acusado estar em local incerto e não sabido, estando o mandado de prisão em aberto (e-STJ fl. 303).

**Delineado o contexto fático processual**, no que tange aos requisitos da prisão preventiva, nota-se que a custódia do réu encontra-se bem fundamentada, no termos do art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente para a garantia da ordem pública, fragilizada diante das graves circunstâncias adjacentes ao evento criminoso denunciado.

Como orienta a doutrina, a prisão preventiva pode ser ordenada *"para fins externos à instrumentalidade, associada à proteção imediata, não do processo em curso, mas do conjunto de pessoas que se há de entender como sociedade. [...] A modalidade de prisão, para cumprimento desta última finalidade, seria a prisão para garantia da ordem pública", "quando se tutelar, não o processo, mas o risco de novas lesões ou reiteração criminosa"*, deduzidos, a princípio, da natureza e gravidade do crime cometido e da personalidade do agente (Comentários ao código de processo penal e sua jurisprudência, *Eugênio Pacelli de Oliveira e Douglas Fischer*, 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2012).

Na espécie, o fato de haver indícios de que o recorrente é o líder de organização criminosa voltada ao tráfico ilícito de entorpecentes e a quantidade de materiais ilícitos apreendidos revelam a necessidade de manutenção da custódia cautelar.

Sob esse prisma, patenteada, no caso, a potencialidade lesiva da infração e a periculosidade social do acusado. Ou seja, bem demonstrado o *periculum libertatis* exigido para a ordenação e a preservação da prisão cautelar.

Não se trata de presumir a periculosidade do agente, ou mesmo a probabilidade da prática de novas infrações, a partir de meras ilações ou conjecturas desprovidas de base empírica concreta, mas de avaliar a periculosidade exigida para a imposição da medida cautelar constitutiva pelas circunstâncias que cercaram o delito.

Excluir essa avaliação do julgador, ou mesmo entender que a descrição da forma como ocorreu o crime seria apenas uma tradução da conduta intrínseca ao tipo penal violado, como já assinalou o Supremo Tribunal Federal, não se mostra consentâneo com a cautelaridade do instituto da prisão preventiva.

Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica em que: *"O entendimento de que o fato criminoso em si não pode ser valorado para decretação ou manutenção da prisão cautelar não é consentâneo com o próprio instituto da prisão preventiva, já que a imposição desta tem por pressuposto a presença de prova da materialidade do crime e de indícios de autoria. Se as circunstâncias concretas da prática do crime revelam a periculosidade do agente e o risco de reiteração delitiva e, por conseguinte, à ordem pública, justificada está a decretação ou a manutenção da*

*prisão cautelar, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria"* (RHC 106.697, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 03/04/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-093 DIVULG 11-05-2012 PUBLIC 14-05-2012).

A propósito (grifos acrescentados):

*PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE E QUALIDADE DA DROGA. INÚMERAS ARMAS DE FOGO E MUNIÇÕES DE USO RESTRITO. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DO FEITO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.*

*II - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, notadamente pela quantidade, variedade e lesividade das drogas apreendidas (60,6 kg de cocaína; 49,9 L de éter etílico; 32,2 kg de cafeína; 7 litros de ácido clorídrico), além da apreensão de 1 fuzil, 1 submetralhadora, 1 carabina, 1 pistola 9 mm, 2 miras a laser e 1 telescópica, outras armas de fogo e acessórios) e grande quantidade de munição, tendo sido consignado, ainda, que a ora paciente faz "parte de Facção Criminosa que atua dentro e fora dos presídios nacionais", circunstâncias indicativas de um maior desvalor da conduta em tese perpetrada, bem como da periculosidade concreta do agente, a revelar a indispensabilidade da imposição da medida extrema, como na hipótese.*

*III - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes.*

*IV - In casu, malgrado o atraso na instrução criminal, ele se justifica, notadamente pelas peculiaridades da causa, que envolve pluralidade de réus, testemunhas, configurando feito complexo que investiga sofisticada associação criminosa voltada à prática reiterada de delitos diversos, conforme consignado pelas instâncias ordinárias, sem qualquer elemento que evidenciasse a desídia do aparelho judiciário na condução do feito, o que não permite a conclusão, ao menos por ora, da configuração de constrangimento ilegal passível de ser sanado pela presente via.*

*V - Não é cabível a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, in casu, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.*

*Habeas Corpus não conhecido.*

*(HC 512.905/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 11/10/2019)*

**PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. RECEPÇÃO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, PORTE IRREGULAR DE ARMAS E MUNIÇÕES DE USO RESTRITO E DE USO PERMITIDO. PRISÃO PREVENTIVA. PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. RÉU FORAGIDO. AUSENTE ILEGALIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.**

*1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo de revisão criminal e de recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem, de ofício.*

*2. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.*

***3. No caso em exame, a prisão preventiva foi devidamente fundamentada na necessidade de se resguardar a ordem pública, em face dos dados concretos extraídos da ação criminosa, como a quantidade de armas e munições encontradas em poder dos agentes, aliada ao número de investigados e ao encontro de instrumentos comumente utilizados para a prática de crimes contra o patrimônio com emprego de violência e/ou grave ameaça, quais sejam, "uma pistola 9 mm (uso restrito), uma pistola 380, um revólver calibre 38, dez cartuchos íntegros calibre 38, nove cartuchos íntegros calibre 9mm (uso restrito) e vinte um cartuchos calibre ponto 40 (uso restrito), além de diversos "enforca gato", espécie de algema plástica e tocas ninja para cobrir o rosto".***

*4. O paciente, além de ostentar a condição de foragido, foi o responsável por apontar arma de fogo em direção do policial condutor do flagrante e, no momento da prisão, desceu do veículo e conseguiu empreender fuga em alta velocidade durante a abordagem policial, "que por pouco não culminou em tragédia ante fuga empreendida em alta velocidade pelos agentes e a necessidade de realização de disparos pelos policiais, em pleno*

# Superior Tribunal de Justiça

*início da manhã, para conter a ação delituosa e, ao que tudo indica, repelir a investida do indiciado Marlon".*

*5. Esta Corte Superior possui entendimento consolidado acerca da manutenção da custódia preventiva diante da periculosidade do acusado, evidenciada pela fuga no momento da abordagem, demonstrando total desinteresse na aplicação da lei penal. Julgados nesse sentido.*

*6. Writ não conhecido.*

*(HC 512.663/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 13/08/2019)*

Ademais, condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, desconstituir a prisão preventiva, quando há nos autos elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema, como ocorre *in casu*.

Outrossim, consoante ressaltado no aresto impugnado, não há falar em excesso de prazo se o recorrente encontra-se em local incerto e não sabido durante toda a instrução penal, nem tampouco se apresentou para dar cumprimento ao mandado de prisão.

Por fim, considerando-se a imprescindibilidade da preventiva, está clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, que não se mostrariam adequadas para garantir a ordem pública, ante a periculosidade do réu.

Assim, observa-se que a prisão preventiva está suficientemente embasada e merece ser mantida, principalmente a bem da ordem pública, não havendo coação ilegal a ser sanada por esta Corte.

Diante do exposto, **nega-se provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator